

20	MANAUS	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRÍCOLA SÃO FRANCISCO DO CARAMURI	01.639.454/0001-70	R\$ 229.900,00	7,5
21	RIO PRETO DA EVA	ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DE PRODUTORES RURAIS EL-SHADAY - AIPRESS	34.347.660/0001-65	R\$ 229.862,00	7,3
22	MANAUS	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E CRIADORES DA COSTA DO TABOCAL	09.320.784/0001-00	R\$ 227.186,00	7,3
23	MANICORÉ	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AGRO-EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA - AMABES	04.788.334/0001-22	R\$ 230.000,00	7,3
24	IRANDUBA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÃO LÁZARO II	63.695.001/0001-18	R\$ 230.000,00	7,1
25	MANACAPURU	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO	19.422.611/0001-56	R\$ 229.950,00	7,1
26	MANICORÉ	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES AGRO-EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE IGARAPÉ DE SANTA MARIA	09.586.190/0001-45	R\$ 229.400,00	7,1
27	MANACAPURU	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ACAJATUBA	04.238.169/0001-35	R\$ 229.990,00	7
28	MANACAPURU	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE MARIANO - APRIM	26.590.598/0001-00	R\$ 230.000,00	7
29	MANACAPURU	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E PRODUTORES RURAIS SÃO JOÃO - ACPRSJ	19.751.036/0001-35	R\$ 229.980,00	7
30	MANACAPURU	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE NOVO AMANHECER	14.593.493/0001-25	R\$ 224.300,00	7
31	NOVO AIRÃO	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS DA COMUNIDADE DO SOBRADO NO MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO	05.120.941/0001-82	R\$ 229.635,00	7
32	MANAUS	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO DO PARANÁ DA EVA	07.808.973/0001-09	R\$ 229.770,00	7
33	MARRÁ	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA JERUSALÉM DO ACARÁ	04.115.974/0001-71	R\$ 229.800,00	7
34	CARAUARI	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES EXTRATIVISTAS DA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO - AMECSARA	07.902.972/0001-10	R\$ 227.097,60	7
			TOTAL	R\$ 7.446.789,04	

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO FPS, em Manaus, 25 de julho de 2022.

GLAUCIA OLIVEIRA NUNES
Secretária Executiva Adjunta do Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza-FPS, em exercício

<#E.G.B#143317#26#146182/> Protocolo 143317

Agência de Desenvolvimento e Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM

EXTRATO
TERMO DE CONTRATO Nº 8/2023 - AFEAM.
CONTRATANTE: AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM.
CONTRATADO: INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL
OBJETO: Serviços de Agente de Integração de Estágios, que consiste na intermediação e promoção de integração entre esta e as Instituições de Ensino, visando à implementação do programa de Estágio, conforme especificações constantes no Termo de Referência.
PRAZO: De 12 (doze) meses, de 19.7.2023 a 19.7.2024.
VALOR GLOBAL ESTIMADO: O valor global estimado dos serviços é de R\$ 612.276,00 (seiscentos e doze mil e duzentos e setenta e seis reais), a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais e estimadas no valor de R\$ 51.023,00 (cinquenta e um mil e vinte e três reais), conforme estabelecido na Cláusula Décima Primeira do Termo de Contrato nº 8/2023.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 13.303, de 2016, Decreto estadual nº 39.032, de 2018 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da AFEAM - RILC AFEAM.
RECURSOS: Orçamentários da Contratante.
DATA: 19.7.2023

MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO
Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM Protocolo 143498

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA Nº 54/2023
A Diretoria da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM no uso de suas atribuições estatutárias, reunida nesta data, e considerando: a) o exposto no Parecer nº 161/2023-CPL, de 12.7.2023 (Processo nº 016501.01.25/2023-AFEAM) apresentando o Resultado do Processo Licitatório, regido pelo Edital na Modalidade Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico nº 04/2023, tendo como objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de assistência à saúde, por intermédio de plano de assistência médica ou de seguro saúde coletivo empresarial, de abrangência nacional, sem coparticipação, na modalidade coletiva empresarial, em acomodação do tipo apartamento, aos empregados e diretores estatutários da Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. - AFEAM e seus dependentes respectivos; b) a manifestação jurídica por meio do Parecer nº 50/2023-GEJURI, de 18.7.2023: b.1) não encontrando manifesta ilegalidade nos autos do procedimento licitatório, o qual ocorreu dentro da normalidade, restando ao final fracassado; b.2) não vislumbrando óbice legal frente a proposta apresentada pela CPL; b.3) opinando pela não abertura do procedimento sancionador; b.4) homologando o resultado da licitação na modalidade similar ao pregão eletrônico nº 4/2023; b.5) orientando quanto a repetição do procedimento licitatório; e c) a Manifestação nº 44/2023 da GECOR, de 18.7.2023: c.1) pela conformidade do resultado do processo licitatório conforme descrito no Parecer nº 161/2023-CPL; c.2) de acordo com a manifestação do Parecer Jurídico nº 50/2023,

R E S O L V E

1. REGISTRAR a decisão constante às fls 536-537, que negou provimento ao Recurso Administrativo interposto pela recorrente, com base no que dispõe o art. 116 do Regulamento Interno das Licitações e Contratos - RILC;
2. DECLARAR fracassado o procedimento licitatório na Modalidade Similar ao Pregão Eletrônico nº 04/2023;
3. HOMOLOGAR o Processo Licitatório no sistema “comprasnet”, declarado FRACASSADO, regido pelo Edital na Modalidade Procedimento Similar ao Pregão Eletrônico nº 04/2023-AFEAM (Processo 016501.01.25/2023-AFEAM);
4. DISPENSAR a abertura de processo administrativo sancionador, considerando as razões expostas no Parecer Jurídico nº 50/2023;
5. DETERMINAR à GETEC / Equipe de Planejamento de Contratação - EPC a adoção das providências de que trata a Deliberação da Diretoria de mesma data;